

ALEXIS COUTO DE BRITO

EXECUÇÃO PENAL

Atualizada com as recentes súmulas e ações
constitucionais e de acordo com a promulgação das
Leis n. 14.326/2022, 14.344/2022 e 14.532/2023

8ª edição

2023

saraiva  jur

**saraiva**
EDUCAÇÃO**saraiva** Av. Paulista, 901, Edifício CYK, 4º andar
Bela Vista – São Paulo – SP – CEP 01310-100**SAC**

sac.sets@saraivaeducacao.com.br

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
DORIS MILARIS MOREIRA JUNIOR – CRB-6/BRB

B862e

Brito, Alexis Couto de

Execução penal / Alexis Couto de Brito. – 8. ed.
– São Paulo : SaraivaJur, 2023.

656 p.

ISBN: 978-65-5362-537-2 (Impresso)

1. Direito penal. 2. Direito constitucional. 3. Juízo
de execução. 4. Prisão em 2ª instância. I. Título.

2022-3944

CDD 345
CRB 343

Índices para catálogo sistemático:

1. Direito penal	345
2. Direito penal	343

1231998

Diretoria executiva Flávia Alves Bravin
Diretoria editorial Ana Paula Santos Matos
Gerência de produção e projetos Fernando Penteado
Gerência editorial Thais Cassoli Reato César

Novos projetos Aline Darcy Flôr de Souza
Dalila Costa de Oliveira

Edição Jefferson Costa da Silva (coord.)
Estevão Bula Gonçalves

Design e produção Daniele Debora de Souza (coord.)
Laudemir Marinho dos Santos
Camilla Felix Cianelli Chaves
Claudirene de Moura Santos Silva
Deborah Mattos
Lais Soriano
Tiago Dela Rosa

Planejamento e projetos Cintia Aparecida dos Santos
Daniela Maria Chaves Carvalho
Emilly Larissa Ferreira da Silva
Kelli Priscila Pinto

Diagramação Fernanda Matajs
Revisão Cecília Deus
Capa Lais Soriano

Produção gráfica Mari Rampim
Sergio Luiz Pereira Lopes

Impressão e acabamento Gráfica Paym

Data de fechamento da edição: 17-1-2023

Dúvidas? Acesse www.saraivaeducacao.com.br

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por
qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva
Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido
na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CÓD. OBRA	171B3	CL	808121	CAE	618006
-----------	-------	----	--------	-----	--------

SUMÁRIO

<i>Agradecimentos</i>	VII
<i>Prefácio à 5ª edição</i>	IX
<i>Prefácio à edição original</i>	XVII
<i>Nota do autor à 4ª edição</i>	XIX
1. Natureza, objeto e objetivos da execução penal	1
1.1. Introdução	1
1.2. Natureza jurídica	4
1.2.1. Jurisdicionalização da execução da pena	6
1.2.2. Ação pública	8
1.2.3. Jurisdição especial	9
1.3. Objeto da execução	10
1.4. Objetivos	12
1.4.1. Fins da pena	12
1.4.2. Fins da execução penal	15
1.5. Jurisprudência selecionada	25
2. Princípios da execução penal	29
2.1. Legalidade	29
2.2. Humanidade	31
2.3. Isonomia	32
2.4. Jurisdicionalidade	33

2.5.	Individualização da pena	33
2.6.	Intranscendência ou personalidade	35
2.7.	Devido processo legal	36
2.8.	Estado de inocência	37
2.9.	Contraditório e ampla defesa	38
2.10.	Jurisprudência selecionada	40
3.	Evolução histórica	51
4.	Aplicação da Lei de Execução Penal	57
4.1.	Nomenclatura: Direito Penitenciário ou Direito da Execução Penal?	57
4.2.	Fontes positivas da execução penal	59
4.2.1.	Constituição Federal.	59
4.2.2.	Lei de Execução Penal (Lei n. 7.210/84)	60
4.2.3.	Código de Processo Penal.	60
4.2.4.	Código Penal	61
4.2.5.	Regras Mínimas para o Tratamento dos Presos	61
4.2.6.	Lei dos Juizados Especiais (Lei n. 9.099/95)	62
4.3.	Jurisprudência selecionada	62
5.	Sujeitos passivos da Lei de Execução Penal	65
5.1.	Preso provisório	65
5.2.	Condenado	66
5.2.1.	Classificação do condenado	66
5.2.2.	Exame criminológico	68
5.2.2.1.	Origem histórica do exame e análise crítica	71
5.2.2.2.	A falta de exigência legal do exame para progressão	74
5.2.3.	Periculosidade e agente imputável (criminoso “perigoso”)	76

5.2.3.1. Identificação do perfil genético do condenado.	85
5.2.4. Comissões de classificação	90
5.2.4.1. Comissão Técnica de Classificação (CTC)	90
5.2.4.2. Comissão junto ao juízo da execução	91
5.2.5. Beneficiário de <i>sursis</i>	91
5.2.6. Libertado condicionalmente.	91
5.2.7. Crime político	92
5.2.8. Crime militar	92
5.2.9. Crime eleitoral	93
5.2.10. Crime de competência federal	93
5.3. Submetido à medida de segurança.	95
5.4. Prisão civil.	96
5.5. Prisão administrativa.	96
5.6. Egresso	97
5.7. Estrangeiro	97
5.7.1. Transferência de estrangeiros para cumprimento da pena em seus países.	99
5.8. Indígena	101
5.9. Participante de acordo de não persecução penal	102
5.10. Jurisprudência selecionada	103
6. Assistência ao preso.	115
6.1. Assistência material.	115
6.2. Assistência à saúde	118
6.3. Assistência jurídica	122
6.4. Assistência educacional	122
6.5. Assistência social	125
6.6. Assistência religiosa.	128
6.7. Assistência ao egresso	129

6.8.	Auxílio-reclusão	131
6.9.	Jurisprudência selecionada	134
7.	Trabalho	141
7.1.	Finalidades	141
7.2.	Regras	145
7.3.	Remuneração e outros direitos	145
7.4.	Remição	150
7.5.	Trabalho interno	151
7.6.	Trabalho externo	151
7.7.	Casos excepcionais	154
7.7.1.	Lei das Contravenções Penais	154
7.7.2.	Crime político	154
7.7.3.	Submetido à medida de segurança	154
7.8.	Jurisprudência selecionada	155
8.	Deveres	161
9.	Direitos	165
9.1.	Direitos constitucionais fundamentais	168
9.1.1.	Quanto à pena	169
9.1.2.	Quanto à prisão	170
9.1.3.	Quanto ao preso condenado	171
9.2.	Direitos das Constituições estaduais	173
9.3.	Direitos da Lei de Execução Penal	181
9.3.1.	Proteção da imagem do condenado	183
9.3.2.	Lazer	183
9.3.3.	Visitas	183
9.3.3.1.	Visita virtual	185
9.3.3.2.	Visitas íntimas	186
9.3.4.	Entrevista pessoal e reservada com advogado ..	190
9.3.5.	Entrevista com o diretor	192

9.4.	Restrição dos direitos.	193
9.5.	Direitos retirados.	194
9.6.	Direitos suspensos.	195
9.6.1.	Direitos políticos	195
9.6.2.	Direito de dirigir	199
9.7.	Direito de fugir?.	199
9.8.	Transporte.	201
9.9.	Sigilo de correspondência	201
9.10.	Jurisprudência selecionada	206
10.	Disciplina	215
10.1.	Tipicidade e anterioridade da infração.	216
10.2.	Competência disciplinar	219
10.3.	Faltas graves	220
10.4.	Faltas médias e leves	224
10.5.	Sanções	226
10.6.	Uso de algemas	229
10.7.	Regime Disciplinar Diferenciado (RDD)	233
10.7.1.	RDD e política criminal	242
10.8.	Recompensas.	245
10.9.	Procedimento, aplicação das sanções e intimação das decisões.	246
10.10.	Prescrição da sanção administrativa	249
10.11.	Classificação da conduta carcerária e reabilitação admi- nistrativa	250
10.12.	Jurisprudência selecionada	252
11.	Órgãos do Sistema de Execução Penal.	265
11.1.	Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPPC)	266
11.2.	Departamentos penitenciários	267

11.2.1. Do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN)	267
11.2.2. Departamentos Penitenciários Locais	269
11.3. Conselho penitenciário	270
11.4. Juízo da execução	272
11.4.1. Lei posterior	273
11.4.2. Extinção da punibilidade	274
11.4.3. Soma ou unificação das penas	275
11.4.4. Progressão ou regressão de regime	277
11.4.5. Detração e remição	278
11.4.6. Suspensão condicional da pena (<i>sursis</i>)	279
11.4.7. Livramento condicional	280
11.4.8. Saídas temporárias	280
11.4.9. Cumprimento, conversão e fiscalização da pena restritiva de direitos	280
11.4.10. Medida de segurança	281
11.4.11. Remoção para outra unidade da Federação	282
11.4.12. Inspeção e interdição dos estabelecimentos penais	283
11.4.13. Formação do Conselho da Comunidade	283
11.4.14. Atestado de pena a cumprir	283
11.4.15. Incidentes da execução	284
11.4.16. Zelar pelo correto cumprimento da pena e da medida de segurança	284
11.5. Ministério Público	285
11.6. Patronato	287
11.7. Conselho da Comunidade	289
11.8. Defensoria Pública	292
12. Estabelecimentos penais	295
12.1. Classificação e separação	295

12.2. Instalações especiais	298
12.3. Local	300
12.4. Lotação. Vagas	302
12.5. Estabelecimentos em espécie	304
12.5.1. Penitenciárias comuns e de segurança máxima (regime fechado).	304
12.5.2. Penitenciárias com Regime Disciplinar Dife- renciado (RDD).	306
12.5.3. Penitenciárias federais de segurança máxima . .	307
12.5.4. Casa de Detenção de São Paulo (Carandiru) . . .	310
12.5.5. Colônia Penal Agrícola, Industrial ou similar (regime semiaberto)	310
12.5.6. Casa do Albergado (regime aberto).	312
12.5.7. Centro de Observação Criminológica.	314
12.5.8. Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico	315
12.5.9. Ambulatório	316
12.5.10. Cadeia pública	316
12.5.11. Centro de Detenção Provisória	317
12.6. A iniciativa privada	317
12.7. Jurisprudência selecionada	320
13. Execução das penas privativas de liberdade	325
13.1. Execução provisória	326
13.2. Pena privativa de liberdade	331
13.3. Guia de recolhimento ou guia de execução (antiga carta de guia)	333
13.4. Liquidação das penas	337
13.5. Prisão especial	340
13.6. Regimes	342
13.6.1. Regime fechado	346

13.6.2.	Regime semiaberto	346
13.6.3.	Regime aberto	346
13.6.4.	Regime aberto domiciliar	348
13.6.5.	Progressão	350
13.6.6.	Regressão	365
13.7.	Remição.	370
13.7.1.	A remição pelo trabalho	371
13.7.2.	A remição pelo estudo e pela leitura	374
13.7.3.	Remição pela superlotação	378
13.7.4.	Procedimento de declaração da remição.	382
13.7.5.	Perda dos dias remidos.	382
13.8.	Detração	385
13.9.	Autorizações de saída	387
13.9.1.	Permissão de saída	387
13.9.2.	Saída temporária	390
13.9.3.	Perda do direito à saída	395
13.9.4.	Recuperação do direito à saída	396
13.10.	Alvará de soltura	397
13.11.	Jurisprudência selecionada	397
14.	Execução das penas restritivas de direitos.	429
14.1.	Código Penal	431
14.1.1.	Prestação pecuniária	432
14.1.2.	Perda de bens e valores	434
14.1.3.	Prestação de serviço à comunidade ou a entidades públicas	435
14.1.4.	Interdição temporária de direitos	436
14.1.5.	Limitação de fim de semana	439
14.2.	Lei de Abuso de Autoridade (Lei n. 13.869/2019)	441
14.3.	Código de Defesa do Consumidor (Lei n. 8.078/90)	441

14.4.	Código de Trânsito (Lei n. 9.503/97)	442
14.4.1.	Suspensão ou proibição de obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor	443
14.4.2.	Multa reparatória	444
14.5.	Lei de Crimes Ambientais (Lei n. 9.605/98)	446
14.5.1.	Prestação pecuniária	447
14.5.2.	Prestação de serviços à comunidade	447
14.5.3.	Interdição temporária de direito	447
14.5.4.	Suspensão de atividades	447
14.5.5.	Recolhimento domiciliar	448
14.5.6.	Pessoa jurídica	448
14.6.	Estatuto do Torcedor (Lei n. 10.671/2003)	449
14.7.	Lei de Falência (Lei n. 11.101/2005)	450
14.8.	Aplicação e execução	451
14.9.	Suspensão da execução das penas restritivas	454
14.10.	Prescrição	455
14.11.	Jurisprudência selecionada	455
15.	Execução da pena de multa	457
15.1.	Valor	458
15.2.	Pagamento	459
15.3.	Não pagamento	462
15.4.	Suspensão	462
15.5.	Execução	462
15.6.	Prescrição	465
15.7.	Transcendência da pena de multa	465
15.8.	Jurisprudência selecionada	466
16.	Medida de segurança	473
16.1.	Aplicação	475
16.2.	Espécies	476

16.3. Prazo	478
16.4. Substituição da pena por medida de segurança para o semi-imputável	479
16.5. Execução	479
16.6. Cessação da periculosidade	480
16.7. Desinternaç�o ou liberação condicional	481
16.8. Extinção da medida de segurança	482
16.9. Tratamento médico da Lei n. 11.343/2006	483
16.10. Jurisprudência selecionada	483
17. Suspensão condicional da execução da pena (<i>sursis</i>)	487
17.1. Período de suspensão	488
17.2. Requisitos	489
17.3. Concessão	490
17.4. Crimes hediondos	491
17.5. Fixa�o das condições	492
17.6. Condições em espécie	493
17.6.1. <i>Sursis</i> simples	493
17.6.2. <i>Sursis</i> especial.	493
17.6.3. <i>Sursis</i> etário	494
17.6.4. <i>Sursis</i> humanitário	494
17.7. Registro e averba�o	495
17.8. Perda de eficácia	495
17.9. Fiscaliza�o	496
17.10. Revoga�o	497
17.10.1. Revoga�o obrigatória.	497
17.10.2. Revoga�o facultativa	498
17.11. Prorroga�o do período de prova	500
17.12. Extinção	501
17.13. Jurisprudência selecionada	501

18. Livramento condicional	505
18.1. Requisitos	506
18.1.1. Pena mínima igual ou superior a 2 (dois) anos	507
18.1.2. Cumprimento mínimo da pena	507
18.1.2.1. Livramento condicional simples ou ordinário	507
18.1.2.2. Livramento condicional especial ou qualificado	509
18.1.2.3. Livramento condicional extraordinário	509
18.1.3. A soma das penas como base de cálculo para o livramento	510
18.1.4. Bom comportamento, ausência de falta grave e bom desempenho no trabalho	511
18.1.5. Aptidão para autossustentação	511
18.1.6. Reparação do dano	512
18.1.7. Presunção de não reincidência	513
18.2. Gravidade do crime	514
18.3. Procedimento para a concessão	515
18.4. Condições	518
18.4.1. Obter ocupação lícita	520
18.4.2. Comunicação periódica da ocupação	520
18.4.3. Prévia autorização para mudança de comarca	521
18.4.4. Autorização para mudança de endereço	521
18.4.5. Recolhimento à habitação em hora fixada	521
18.4.6. Proibição de frequentar determinados lugares	521
18.4.7. Outras condições	521
18.5. Acompanhamento	522
18.6. Suspensão	523
18.7. Revogação	524

18.7.1. Revogação obrigatória	525
18.7.2. Revogação facultativa	525
18.7.3. Cálculo da pena após a revogação	526
18.8. Interrupção do prazo	527
18.9. Prorrogação	527
18.10. Cumprimento da pena em livramento condicional	528
18.11. Jurisprudência selecionada	528
19. Monitoramento eletrônico	535
19.1. Possibilidades técnicas	536
19.2. O monitoramento como pena	537
19.3. Regime fechado e monitoramento	538
19.4. Prisão preventiva e monitoramento	539
19.5. O monitoramento na Lei de Execução Penal	540
19.6. Regulamentação	541
19.7. Jurisprudência selecionada	543
20. Incidentes na execução	545
20.1. Conversões	546
20.1.1. Conversão da pena privativa de liberdade em restritiva de direitos	546
20.1.2. Conversão da pena restritiva de direitos em privativa de liberdade	548
20.1.2.1. Prestação de serviços à comunidade	549
20.1.2.2. Limitação de final de semana	551
20.1.2.3. Interdição temporária de direitos	552
20.1.3. Conversão da pena privativa de liberdade em medida de segurança	552
20.1.4. Conversão do tratamento ambulatorial em in- ternação	555
20.1.5. Conversão das penas pecuniárias	555

20.2. Excesso ou desvio	556
20.3. Anistia	557
20.4. Indulto	559
20.5. Graça (indulto individual)	569
20.6. Comutação da pena	571
20.7. Delação (colaboração) premiada	571
20.8. Remição	577
20.9. RDD (Regime Disciplinar Diferenciado)	577
20.10. Unificação de penas	578
20.11. <i>Novatio legis in melius</i>	578
20.12. Jurisprudência selecionada	579
21. Procedimento judicial	585
21.1. Código de Processo Penal e Lei de Execução Penal	585
21.2. Código Penal e Lei de Execução Penal	587
21.3. Rito processual	587
21.4. Recursos	589
21.4.1. Agravo em execução	589
21.4.2. Recurso em sentido estrito	592
21.4.3. Carta testemunhável	592
21.4.4. Correição parcial	592
21.4.5. Embargos infringentes	593
21.5. Mandado de segurança	593
21.6. Revisão criminal	593
21.7. <i>Habeas corpus</i>	593
21.8. Jurisprudência selecionada	594
22. Reabilitação	601
22.1. Natureza	601
22.2. Competência	602
22.3. Objeto e alcance	602

22.4. Requisitos	604
22.5. Procedimento	605
22.6. Revogação	607
22.7. Recursos	608
22.8. Jurisprudência selecionada	608
<i>Bibliografia.</i>	611